

O maior evento de energia em Portugal reuniu 800 participantes na Culturgest

Portugal Renewable Energy Summit 2025, uma iniciativa da APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis, decorreu a 2 e 3 de outubro, em Lisboa.

Lisboa, 4 de outubro de 2025 – A [Portugal Renewable Energy Summit 2025 \(#PRES2025\)](#), a conferência anual organizada pela [APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis](#), reuniu mais de 750 participantes no Grande Auditório da Culturgest, em Lisboa, nos dias 2 e 3 de outubro.

O “evento mais importante de energia em Portugal”, como o descreveu o **CEO da APREN, Pedro Amaral Jorge**, trouxe ao centro do debate os grandes desafios e oportunidades da transição energética. A conferência promoveu a reflexão sobre o papel das renováveis, que vai muito além da redução das emissões e combate às alterações climáticas. O setor tem hoje uma participação ativa na proteção da biodiversidade e restauro de ecossistemas, como ilustraram os casos apresentados, e concorre para o reforço da competitividade, segurança de abastecimento e independência energética, sublinhou Pedro Amaral Jorge.

A abertura oficial da conferência foi assegurada pelo **Secretário de Estado da Energia, Jean Barroca**, que realçou que é a aposta nas renováveis que permitirá dar a resposta mais completa às necessidades do país “em matéria de segurança, competitividade e sustentabilidade” do sistema”. Jean Barroca reiterou que Portugal está alinhado com a agenda europeia e pretende usar as renováveis como fator de soberania e de reindustrialização com “vantagem competitiva para as empresas, garantia de segurança para as famílias e motor de sustentabilidade para o futuro”.

No primeiro painel, intitulado “**A evolução global das renováveis e respetivas tendências**”, o **CEO da Liebreich Associates, Michael Liebreich**, que fez uma apresentação prévia ao debate, referiu-se à eletrificação como o grande aliado da transição energética. As renováveis geram mais empregos que os combustíveis fósseis e garantem segurança energética e crescimento económico, salientou, por seu lado, o **CEO da Global Renewables Alliance, Bruce Douglas**. Apesar das vantagens o investimento está a decrescer nos Estados Unidos com esse interesse a ser transferido para a Europa, como destacou o **CEO da Global Wind Energy Council, Ben Backwell**, que notou também que o setor está a atrair o interesse de inúmeros *players* de várias geografias que estão a posicionar-se neste mercado. O interesse de mercados emergentes nas renováveis é uma realidade, mas para intensificá-lo será necessário retirar algum risco de investimento associado ao setor gerado pela imprevisibilidade legislativa e falta de estabilidade regulatória associada, avisam os três líderes internacionais da transição energética.

A manhã do primeiro dia da conferência terminou com um debate sobre “**O papel do Clean Industrial Deal na Transição Energética da União Europeia**”. Este tema central contou um enquadramento da **Diretora-Geral de Energia da Comissão Europeia, Ditte Jull Jorgensen**, que, num vídeo pré-gravado, destacou o papel de Portugal no processo de descarbonização na União Europeia, e ainda com uma apresentação de **Hermano Rodrigues da EY-Parthenon**. Para que o **Clean Industrial Deal** avance, de forma a transformar a descarbonização industrial em motor de

crescimento e competitividade na União Europeia, é necessário que os projetos sejam implementados de acordo com as regras de licenciamento e que seja promovida a estabilidade em termos legislativos e regulatórios, salientou o **Secretário-geral da EREF (European Renewable Energies Federation), Dirk Hendricks**. “Há geografias que nos estão a ultrapassar, como a China”, alertou **Viktoriya Kerelska, diretora na WindEurope**. Paralelamente será necessário apostar na flexibilidade e armazenamento para dar resposta às metas estabelecidas, como sublinhou o **Secretário-Geral da EASE (European Association for Storage of Energy), Patrick Clerens**, secundado por **Arthur Daemers, Senior Policy Advisor na SolarPower Europe**, e pelo eurodeputado **Nicolás González Casares**.

A tarde do primeiro dia da conferência arrancou com uma apresentação da Smartenergy sobre a evolução para um futuro sustentável nas energias renováveis: “*Evolving into a sustainable future: From green molecules to RES-Powered Data Centers*”. O **CTO da Smartenergy, Christian Pho Duc**, deixou algumas notas sobre o papel das novas tecnologias na transformação do setor energético.

“**Readiness 2030 e o desenvolvimento da infraestrutura energética**” foi o tema do painel seguinte, que contou com uma apresentação de **José Roque, EY Portugal, Energy & Resources Sector Leader**. Este pacote proposto pela Europa compreende um conjunto de medidas para reforçar as capacidades de defesa e segurança nos próximos 10 anos. **Pedro Furtado, responsável de regulação da REN**, e **João Martins de Carvalho, vogal do Conselho Executivo da E-Redes**, partilharam informação sobre os investimentos previstos com vista ao reforço da infraestrutura energética de forma a garantir um serviço mais sólido. O **chairman do NEMO Committee, Rafael Gómez-Elvira**, lembrou a urgência de mais e melhores interligações e importância do reforço da eletrificação e incremento da procura, tal como **Alejandro Bonitch, sócio da Cuatrecasas**, que considera que uma política de incentivos deveria ser equacionada.

Seguiu-se o painel sobre “**O futuro do mercado ibérico de eletricidade**”, que será verde, segundo os especialistas, mas com vários matizes, ditados pelos vários vetores em que terá de assentar: do hidrogénio verde, à eólica passando pelo solar e sem esquecer alternativas como o bio metano, como sublinhou o **CEO da APPA Renovables, José Maria González Moya**. O armazenamento será outra peça chave do futuro mercado ibérico, como realçou o **presidente da AEPIBAL, Luís Marquina**. Garantir formas de financiamento revelar-se-á igualmente crítico, notou **Jorge Toral, conselheiro da Linklaters Espanha**. Os contratos por diferença por diferença poderão fazer parte da equação e ajudar a dar estabilidade a alguns projetos durante determinados períodos, adiantou **Cristina Torres-Quevedo, diretora financeira e regulatória da Unión Española Fotovoltaica**. Um ambiente regulatório e legislativo estável pode atrair investimento e evitar assim maiores subidas os preços – “a criptonite dos políticos” - como lhe chamou o **diretor de Políticas Energéticas e Alterações Climáticas da Asociación Empresarial Eólica, Heikki Willstedt**.

“**Os marcos importantes para o Eólico Offshore em Portugal para cumprir os 2 GW de potência instalada**” foram também analisados num painel dedicado que contou com duas apresentações sobre o tema a cargo de **Manuela Seixas Fonseca, Diretora de Serviços de Planeamento Energético e Estatística da DGEG** e de **Toby Bernstein, advisor da Danish Energy Agency**, que também participou no painel de discussão. **José Pinheiro, Country Manager – Southern Europe da Ocean Winds**, sublinhou que o potencial da tecnologia é enorme e que esta é uma oportunidade para a indústria que deve ser aproveitada. O **Country Manager da Vestas Portugal, Tiago Palma Veigas**, garantiu que a tecnologia está pronta. Na perspetiva de **Val Cummins, Chief Impacto**

Officer da Iberblue Wind, não é boa estratégia deixar o tempo passar à espera que a tecnologia amadureça e o desenho do próximo leilão será determinante. Para **José Partida Solano, Head of Business Development na Repsol**, a experiência que muitos promotores já acumulam noutros projetos offshore deve ser valorizada.

Durante a tarde houve ainda espaço para uma apresentação sobre a atratividade da Ibéria como *hub* dos data centres na Europa, a cargo do **CEO da Edisun, José Maria Llopis**.

O último painel do primeiro dia da conferência focou “**O papel do reequipamento na transição energética**”. **Javier Pamos, product manager – Iberia na Aurora Energy Research** e **Carlos Vaz de Almeida, sócio da Pérez-Llorca**, introduziram o debate do debate com duas apresentações. O reequipamento representa “uma oportunidade de ter mais renováveis sem impacto acrescido”, o que será determinante para cumprir as metas do PNEC, observou **Afonso Teixeira, Portugal Business & Project Development Manager na Finerge**. **António Esteves, Sales Country Manager Portugal da Enercon**, ressaltou, por seu lado, que num futuro próximo dos parques eólicos podem mesmo prestar serviços de sistema. **Lara Ferreira, Business Development Manager na Engie Portugal**, considera que a legislação tem dado passos na direção certa, mas existem ainda constrangimentos por ultrapassar que se prendem por parte da administração. Uma opinião também partilhada por **Rafael Belda, Chief Development Officer na Saeta Yield**. Importante será garantir a previsibilidade de receitas dos promotores o que poderá ser conseguido com PPA’s (*Power Purchase Agreement*), defendeu **Nuno Jorge, Country Head of Development Portugal da Nadara**.

A abertura do segundo dia da conferência foi assegurada pelo **Secretário de Estado das Infraestruturas, Hugo Espírito Santo**, que sublinhou que Portugal tem “condições únicas para usar as energias renováveis como alavanca de crescimento e como forma de descarbonizar o setor dos transportes terrestres e da aviação”, através de soluções como o SAF e o e-SAF.

O primeiro painel do dia, dedicado ao tema “**Biodiversidade e aceitação social**”, destacou-se como um dos pontos altos do evento. Antes do debate, duas apresentações, a cargo de **Maria Athayde Tavares, sócia da Linklaters**, e **Nélson Luís, Deputy CEO da Akuo Portugal**, introduziram o tema. Um vídeo sobre o projecto **BiolImpacte+**, uma iniciativa da **APREN e da Biosinsight**, que tem como objetivo identificar e potenciar as oportunidades que o setor das energias renováveis, em particular das centrais solares fotovoltaicas, oferece para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável dos territórios, deixou o mote para o debate que se dividiu em duas rondas. Cada vez mais os promotores estão empenhados em comunicar com as populações para esclarecer sobre os impactos positivos reais que podem trazer os projetos fotovoltaicos. Para o fazer a LightSourceBP inspirar-se em muitos dos projetos desenvolvidos internacionalmente, como revelou **Pedro Fernandes, Diretor de Planeamento Ambiental na Lightsource BP**. O contacto com a comunidade é essencial logo na fase inicial, como atesta **Maria João Pedreira, Business Development Manager na Acciona**. Uma opinião partilhada por **Hugo Paz, diretor de projeto – Iberia na WeLink**. A aposta nesta dimensão possibilitará a comunicação de outros indicadores, como o a diversidade de espécies. Em alguns locais pode ser interessante conjuntar a agricultura com o fotovoltaico, mas a realidade é que o conceito de agrivoltaico ainda não está muito desenvolvido em Portugal, como notou o **Deputy Ceo da Akuo Portugal, Nélson Luís**.

Na segunda ronda do debate, o presidente da Câmara Municipal de Monforte, Gonçalo Lagem, admitiu que os autarcas evitam o tema por não ser popular e por essa razão muitos projetos continuam na gaveta. Do lado da administração, o **presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, José Pimenta Machado**, e o **presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Nuno Banza**, mostraram, com números, que a esmagadora maioria dos projetos apresentados são aprovados. A **bastonária da Ordem dos Biólogos, Maria de Jesus Fernandes**, destacou, por seu lado, a importância da capacitação dos técnicos que fazem a avaliação dos projetos.

A “**Legislação do setor – da teoria à prática**” foi outro dos temas em análise. A falta de estabilidade legislativa, a complexidade e morosidade dos processos e o excesso de burocracia foram questões apontados por quase todos os intervenientes no painel: **Ana Luís de Sousa, sócia da Vieira de Almeida**; **Bruno Azevedo Rodrigues, sócio da Abreu Advogados**; **Francisco Mendes da Silva, sócio e coordenador da equipa de Fiscal na Moraes Leitão**; e **João Marques Mendes, sócio na PLMJ**.

O tema da “**Descarbonização dos consumos de energia**” foi enquadrado na conferência com apresentações de **Ignacio Cobo, senior principal da AFRY**, e **Filipe de Vasconcelos Fernandes, senior counsel da Vieira de Almeida**. As Empresas Portuguesas de Combustíveis e Lubrificantes (EPCOL) há muito que iniciaram o processo de transformação, garantiu o **secretário-geral da EPCOL, António Comprido**. Para a aviação o combustível e-saf é uma alternativa séria e também um desafio de sustentabilidade para as contas da companhia já que esta aposta verde é também mais cara, como confirma o **CFO da TAP, Gonçalo Pires**. Do lado da oferta, a indústria continua a trabalhar em reforçar as repostas com grandes investimentos já em curso, como confirmou **Sérgio Goulart Machado, Head of H2 & Renewable Fuels da Galp**. Os *data centers* estão também preocupados e procurar soluções mais sustentáveis, como garantiu **Filipe Barreiro, membro da direção da Associação Portuguesa dos Centros de Dados**. Em foco, neste painel, estiveram ainda os benefícios decorrentes do estatuto do cliente eletrointensivo, um regime criado para apoiar instalações industriais com elevado consumo de energia elétrica e que estejam expostas ao comércio internacional. Este é um assunto crítico na opinião de **Carla Pedro, Diretora Geral da APQuímica** e de **Jorge Mendonça e Costa, Diretor Executivo da APIGCEE (Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica)**.

Em debate esteve também “**o cumprimento das metas de capacidade em Portugal**”. Para **Ricardo Jesus, diretor da TotalEnergies Portugal**, para cumprir este desígnio é preciso trabalhar em conjunto. E maximizar o valor em toda a cadeia, complementa **Georgios Papadimitriou, vice-presidente executivo de Renewables & New Business da Galp**. A **CEO da Siemens Portugal, Sofia Tenreiro**, acredita que a inteligência artificial pode ser uma ferramenta importante neste domínio já que permite olhar para os valores em tempo real, fazer correlações e propor soluções numa gestão que é complexa, sublinha por outro lado **Pedro Vasconcelos, membro executivo do board e EDP & CEO of Iberia na EDP**. Para **Rui Maia, COO da Nadara**, a previsibilidade e estabilidade serão chave neste domínio.

A **Ministra do Ambiente e da Energia, Maria da Graça Carvalho**, encerrou a conferência, lembrando que Portugal é um caso de sucesso nas energias renováveis. O caminho percorrido com vista à descarbonização é notável, mas há ainda muito para fazer em alguns setores de forma a assegurar a autonomia e segurança energéticas. A governante aproveitou para deixar algumas das

mais recentes novidades ao setor, nomeadamente em relação a algumas medidas, entre as quais se destaca a criação das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis, que tornarão muito mais simples os processos de licenciamento, no âmbito da fase final da transposição da Diretiva das Energias Renováveis (RED III).

A terminar a edição de 2025 a conferência contou ainda debate com representantes de partidos políticos. O painel contou com a participação do **Secretário Nacional para Economia, Empresas, Energia e Digital do Partido Socialista, Filipe Santos Costa**; da **deputada do LIVRE, Patrícia Gonçalves**; do **deputado da Iniciativa Liberal, Jorge Teixeira**; do **deputado do PSD e vice-presidente do grupo parlamentar, Paulo Lopes Marcelo** e da **deputada do Chega, Patrícia Almeida**. Os oradores partilharam as visões dos partidos sobre **“A diplomacia económica para atração de investimento e consumo de energia”** reforçando a relevância do setor na agenda nacional.

A *Portugal Renewable Energy Summit*, a principal conferência dedicada ao setor, com uma história de 15 anos, cumpriu mais uma edição juntando no mesmo espaço as principais entidades públicas, governamentais e privadas para debater as últimas novidades do setor.

Em 2025 a conferência reforçou-se como ponto de encontro de referência do setor em Portugal, ligando as prioridades nacionais às tendências internacionais e sublinhando o papel de Portugal na liderança da transição energética.

Sobre a APREN:



A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) é uma associação sem fins lucrativos, constituída em outubro de 1988, com a missão de coordenação e representação dos interesses comuns dos seus Associados na promoção das Energias Renováveis no setor da eletricidade.

A APREN desenvolve trabalho em conjunto com organismos oficiais e outras entidades congéneres, a nível nacional e internacional, constituindo um instrumento de participação nas políticas energética e ambiental através do aproveitamento e valorização dos recursos naturais para produções de eletricidade, nomeadamente nos domínios hídricos, eólico, solar, geotérmico, da biomassa, do biogás e dos resíduos sólidos urbanos.